revista paisagens econômicas

volume 1, número 2 - julho-dezembro de 2024- ISSN:

RECIBO DE PAGAMENTO DE SALÁ
E0003
TRABALHADOR
Mensalista
Admissão:
DESCONTOS
REFERÊNCIA
ACEITAMOS
TODOS OS
CARTÕES

revista paisagens econômicas

EXPEDIENTE

Universidade Federal de São Carlos
Reitora: Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira
Vice-reitora: Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis
Centro de Educação e Ciências Humanas
Diretora: Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Coordenador: Prof. Dr. Pedro Augusto Lolli
Vice-coordenador: Prof. Dr. Piero C. Leirner
Laboratório de Experimentações Etnográficas
Coordenadora: Profa. Dra. Catarina Morawska
Instituto Mulheres e Economia
Coordenadora: Profa. Dra. Maíra Cavalcanti Vale

REVISTA PAISAGENS ECONÔMICAS

Editora-chefe
Vanessa Perin
Comissão Editorial
Carolina Lara de Matos
Thais Viana Barbosa
Revisão textual
Catarina Morawska
Projeto Grafico e Diagramação
Carolina Lara de Matos
Ilustrações da Edição
Carolina Lara de Matos

Colagens e recursos gráficos produzidos por Carolina Lara de Matos a partir das imagens tiradas do próprio texto e enviadas pelo autor, com sua devida autorização.

revista paisagens econômicas

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Catarina Morawska, Universidade Federal de São Carlos, Brasil
Chirley Mendes, Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil
Flávia Melo da Cunha, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Isadora Cruxên, Queen Mary University of London, Inglaterra
Jacqueline Ferraz de Lima, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Jessica Sklair, Queen Mary University of London, Inglaterra
Magda dos Santos Ribeiro, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Maíra Cavalcanti Vale, Instituto Mulheres e Economia, Brasil
Marie Kolling, Danish Institute for International Studies, Dinamarca
Fernando Rabossi, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
André Thiemann, Charles University, Czech Republic

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS)
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Rodovia Washington Luis, km 235 - São Carlos - SP - BR
CEP: 13565-905

Contato: paisagenseconomicas@ufscar.br

EDIÇÃO V.01, N.02

Colaborador deste número

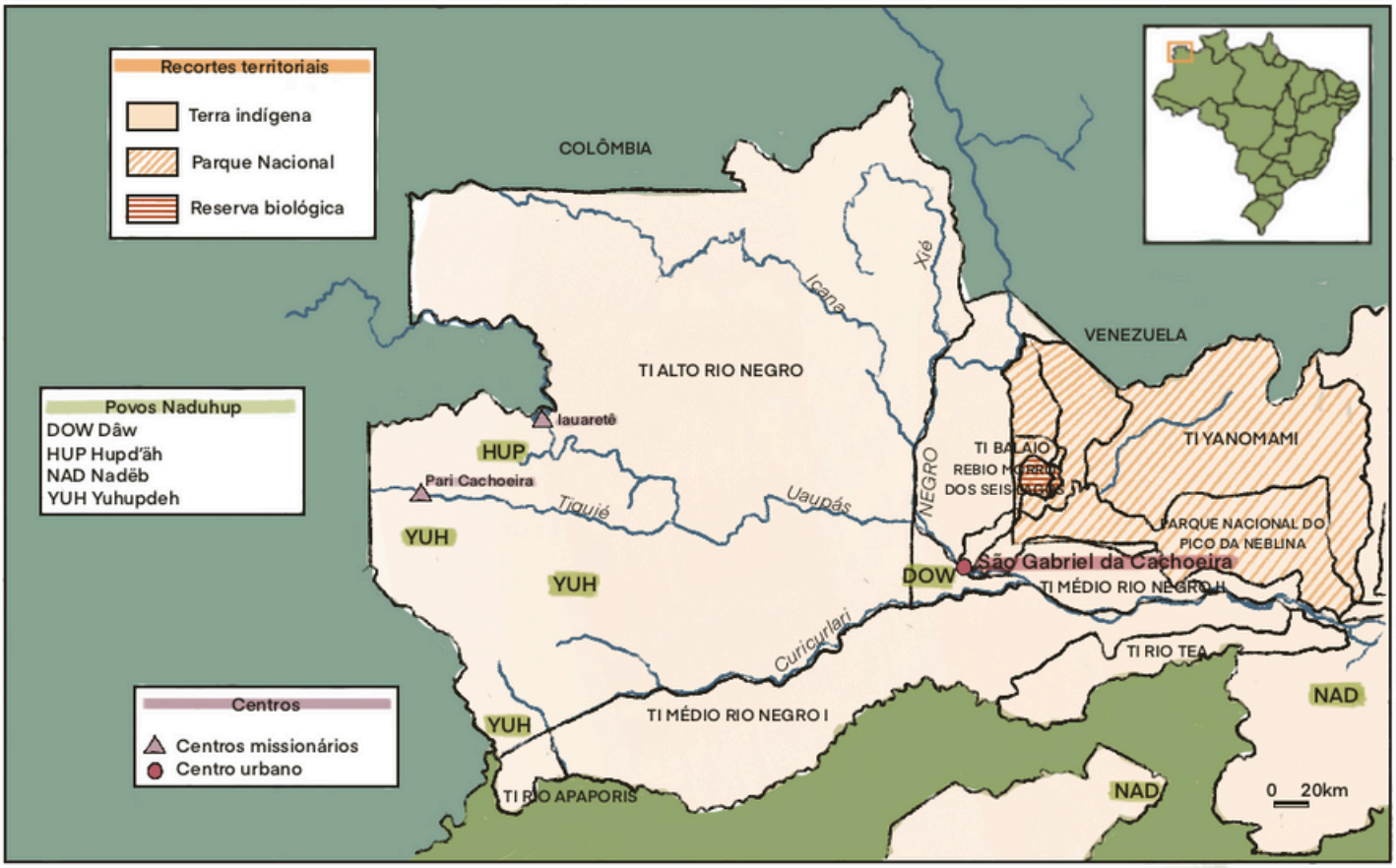
Michel Paes Barbará

Texto

A financeirização do aviamento: transformações da dívida no Alto Rio Negro

Como citar

BARBARÁ, Michel Paes. A financeirização do aviamento: transformações da dívida no Alto Rio Negro. **Revista Paisagens Econômicas**, São Carlos, v.01, n.02, p. 07-31, dezembro de 2024.



No Alto Rio Negro habitam atualmente 22 povos indígenas, distribuídos entre três famílias linguísticas: Tukano Oriental, Aruak e Naduhup. Os Yuhupdeh pertencem à família linguística Naduhup, junto com Hupd'äh, Dâw e Nadëb. Ilustração desenvolvida por Carolina Lara de Matos a partir do texto apresentado neste volume e dos mapas produzidos por Junio Felipe (2018, p.15) e pelo Instituto Socioambiental (ISA) (2006).

A financeirização do aviamento

transformações da dívida no Alto Rio Negro

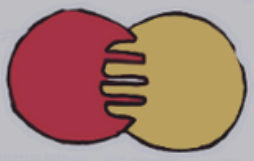
Michel Paes Barbará

PALAVRAS-CHAVE

YUHUPDEH · ALTO RIO NEGRO
AVIAMENTO · DÍVIDA
BENEFÍCIOS SOCIAIS

KEYWORDS

YUHUPDEH · UPPER RIO NEGRO
AVIAMENTO · DEBT
SOCIAL BENEFITS



Resumo

Nas últimas décadas, o aumento do acesso a benefícios sociais e empregos entre os Yuhupdeh, coletivo indígena do Alto Rio Negro, levou à necessidade de viagens cada vez mais frequentes à cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM). Do mesmo modo, a circulação de dispositivos financeiros ligados às políticas públicas de assistência e previdência social incidiu sobre as relações historicamente constituídas entre patrões e indígenas, introduzindo novas práticas e mecanismos de endividamento num contexto marcado pelas relações de dívida. A partir da experiência etnográfica com os Yuhupdeh, a proposta do trabalho é descrever o processo de financeirização do sistema de aviamento, discutindo algumas formas pelas quais o sistema financeiro encontra-se implicado nas relações de patronagem locais, assinalando possíveis convergências e conexões entre diferentes regimes de dívida. A transformação da dívida no Alto Rio Negro parece apontar para como a paisagem econômica regional vai assumindo formas cada vez mais financeirizadas, que reverberam na circulação de pessoas e coisas no território.

Abstract

In recent decades, increased access to social benefits and employment among the Yuhupdeh, an indigenous collective of the Upper Rio Negro, led to the need for more frequent trips to the city of São Gabriel da Cachoeira (AM). The circulation of financial instruments linked to public assistance and social security policies has impacted the historically established relations between “patrões” and indigenous people, introducing new practices and mechanisms of indebtedness in a context marked by debt relationships. Drawing from ethnographic experience with the Yuhupdeh, the aim of this paper is to describe the process of financialization of the “aviamento” system, discussing ways in which the financial system is implicated in local patronage relations and highlighting potential convergences and connections between different debt regimes. The transformation of debt in the Upper Rio Negro indicates a regional economic landscape increasingly taking on financialized forms, influencing the circulation of people and goods across the territory.

Introdução

Nas últimas duas décadas, o número de professores, agentes de saúde, assim como a quantidade de aposentados, pensionistas e beneficiários dos programas sociais de transferência de renda do governo federal brasileiro cresceu consideravelmente entre os Yuhupdeh, povo da família linguística Naduhup que habita o Alto Rio Negro[1]. Considerados "povos de recente contato" pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), os Yuhupdeh passaram por um processo de sedentarização e concentração demográfica iniciado pelas missões salesianas na década de 1970, que ocasionou um conjunto de significativas transformações no seu modo de vida, até então marcado pela intensa mobilidade territorial. Diferentemente dos povos Tukano Oriental e Aruak, inicialmente mais afetados pelo contato com agentes coloniais ao longo da história pela sua localização no curso dos principais afluentes do Rio Negro, os Naduhup demoraram mais tempo para estabelecer um contato mais intenso com o mundo não indígena por habitarem as zonas interfluviais, mais difíceis de serem acessadas. A especificidade desse processo de contato em relação a cada um dos povos da região se refletiu na dinâmica de ocupação do espaço urbano em São Gabriel da Cachoeira, no acesso à escolarização, na participação no movimento indígena organizado e no diálogo com agências do Estado.

Com o crescimento dos programas e benefícios sociais nas comunidades, as viagens dos Yuhupdeh à sede municipal se intensificaram a partir de 2010. No entanto, foram os mutirões de documentação básica realizados em Pari-Cachoeira e Iauaretê[2], em meados de 2013, além da abertura de uma agência do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) em 2014, que estabeleceram o ambiente para deslocamentos cada vez mais frequentes dos Yuhupdeh e Hupd'äh em São Gabriel da Cachoeira (Marques, 2015; Moreira Serra, 2017).

Os Yuhupdeh, como muitos outros povos indígenas amazônicos, têm

[1] Os povos Yuhupdeh, Hupd'äh, Dâw e Nadëb compõem a família linguística Naduhup. Os Yuhupdeh contabilizam aproximadamente 814 indivíduos, espalhados em comunidades ao longo das áreas interfluviais do rio Tiquié, com concentrações nos igarapés Castanha, Ira, Cunuri e Samaúma, além de uma comunidade no rio Apapóris (FOIRN, 2021).

[2] Pari-Cachoeira (rio Tiquié) e Iauaretê (rio Uaupés) são distritos de São Gabriel da Cachoeira, povoados marcados pela presença de Missões Salesianas e pelotões

de fronteira do Exército brasileiro.

sua história atravessada por diferentes ciclos de exploração de produtos extrativos. Relatos sobre o trabalho na coleta de cipó titica, sorva, breu e balata são muito comuns entre homens e mulheres Yuhupdeh, que contam que costumavam trocar tais produtos *in natura* por mercadorias com os "patrões", termo usado para se referirem aos comerciantes, ou regatões, que marcavam presença na região. Da mesma forma, muitos homens falam sobre experiências no garimpo, quase sempre mencionando o preço dos produtos em gramas de ouro ou comentando sobre os perigos envolvidos na atividade. A relação com os patrões, seja nos garimpos, seja na extração de produtos, era marcada pelo adiantamento de mercadorias a crédito, prática que ficou conhecida como "aviamento". O advento dos benefícios sociais e empregos, no entanto, deu novos contornos para as relações com os patrões, regatões e grupos Tukano, principais intermediários para a aquisição de produtos industrializados.

A partir de trabalho de campo com alguns grupos Yuhupdeh do Alto Rio Negro[3], proponho descrever o processo de financeirização do sistema de aviamento. Como busco argumentar, a circulação de produtos e serviços financeiros ligados às políticas públicas de assistência e previdência social transformou as relações de dívida, introduzindo novas práticas e mecanismos de endividamento nas relações historicamente constituídas entre patrões e indígenas no noroeste amazônico. Desse modo, a primeira parte do texto será voltada à contextualização do sistema de aviamento e as transformações históricas das práticas de endividamento entre patrões e indígenas. Na segunda parte discuto algumas formas pelas quais o crédito oferecido por instituições financeiras encontra-se implicado nas relações de patronagem locais, assinalando algumas convergências e conexões entre os regimes de dívida tradicional e financeirizado. A transformação da dívida no Alto Rio Negro parece apontar não apenas para o modo como certos produtos e serviços financeiros se instalaram no sistema de aviamento, mas para como a paisagem econômica regional vai assumindo formas cada vez mais financeirizadas, reverberando na circulação de pessoas e coisas no território.

[3] A pesquisa de campo foi realizada ao longo de 5 meses em 2019 e 6 meses em 2023 com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O sistema de aviamento e suas transformações no noroeste amazônico

A história dos coletivos indígenas do noroeste amazônico é significativamente marcada pela economia da dívida, que se desenvolveu durante o processo colonial por meio da exploração do trabalho indígena para a extração de diferentes produtos amazônicos, como salsaparrilha, sorva, balata, piaçaba e borracha, atravessando séculos de colonização e deixando

marcas no modo de vida atual das comunidades indígenas (Andrello, 2004; 2010; Meira, 2017). O chamado sistema de aviamento e sua relação com as formas de aquisição, consumo e distribuição de mercadorias entre os indígenas se consolidou ao longo dos séculos XVII e XVIII, sendo fortemente marcado pela escravização e exploração da mão de obra indígena para a extração de drogas do sertão destinadas às colônias e países europeus. Entre o final do século XIX e início do século XX, o sistema teve uma grande expansão com o ciclo de exploração da borracha e o alto valor comercial adquirido por esse produto no mercado mundial (Meira, 2017). Com efeito, a expansão produziu um grande impacto na região Amazônica e tornou-se um tema recorrente em vários trabalhos antropológicos que se dedicaram à região, com destaque para os trabalhos de Charles Wagley (1957), Eduardo Galvão (1976) e Santos (1980).

Assim como em outras regiões da Amazônia, o sistema de aviamento no noroeste amazônico baseou-se no fornecimento de mercadorias a crédito em troca de produtos extrativos, funcionando como um mecanismo de exploração do trabalho e criação de clientelas indígenas, agindo paralelamente a casos explícitos de escravização (Andrello, 2004; Meira, 2017). O alto valor comercial da borracha e de outros produtos extrativos no mercado internacional propiciou que este modelo de comércio não monetarizado e a crédito se enraizasse em diferentes territórios na bacia amazônica ao longo do século XIX, conectando patrões (comerciantes) e fregueses (produtores) numa extensa cadeia de dívidas (Meira, 2017). Os fregueses estabeleciam relações com pequenos e grandes patrões dentro e fora da região, conectados a casas aviadoras e casas exportadoras situadas em Manaus e no Pará.

A figura do patrão é conhecida em diversos contextos amazônicos, marcando profundamente a história de muitos povos indígenas pela violência e exploração (Gow, 1991; Bonilla, 2009; Meira, 2017). Embora o ciclo de exploração da borracha seja paradigmático para a consolidação do sistema, as práticas de aviamento se estenderam, ao longo do século XX, à exploração de peles de animais, à garimpagem de ouro e a outras atividades extrativas minerais e animais (Meira, 2017). É desse modo que as transformações desencadeadas pelos programas e benefícios sociais no Alto Rio Negro devem ser compreendidas como parte de um processo histórico no qual a dívida ocupa um lugar de destaque nas relações sociais.

A demanda por bens manufaturados é um aspecto característico das Terras Baixas da América do Sul, contrariando a figura do “bom selvagem”

que persiste no imaginário comum sobre povos indígenas, frequentemente reificada em etnografias que tentam forjar uma imagem mais "tradicional" dos indígenas (Hugh-Jones, 1992). O "consumismo" ameríndio estaria sendo deixado às margens dos relatos etnográficos, mais preocupados com temas clássicos como mito e parentesco. No entanto, algumas etnografias têm se interessado nos regimes simbólicos e sociocosmológicos pelos quais circulam o dinheiro e as mercadorias dos brancos entre povos indígenas (Andrello, 2004; Gordon, 2006; Paulino, 2024). Do mesmo modo, algumas pesquisas apontam as transações econômicas com agentes externos, como comerciantes, madeireiros, garimpeiros e seringalistas, como forma historicamente constituída para adquirir mercadorias (Hugh-Jones, 1992; Dal Poz, 2004; Meira, 2017). Mais recentemente, o tema passou a ser atravessado pela crescente adesão de populações indígenas a políticas de distribuição de renda e previdência social (Moreira Serra, 2017; Horta, 2017; Novo, 2018; Barbará, 2021). Essas etnografias demonstram que, embora associados a potências perigosas e destrutivas, o crescente desejo por bens industrializados e as práticas de consumo entre populações indígenas estão inseridos em contextos relacionais de valores compartilhados, tanto nas relações de parentesco e comensalidade como nas relações com a alteridade. Muitas dessas pesquisas etnográficas mencionam certas transformações nas formas de mobilidade territorial, levando a um movimento em direção às cidades para o abastecimento com mercadorias, de forma semelhante à experimentada pelos povos Yuhupdeh e Hupd'äh, que associam essas transformações com o modo de vida "civilizado" (Marques, 2015; Junio Felipe, 2018; Barbará, 2021).

É importante ressaltar que, no rio Negro, os discursos em torno da noção de civilização sempre estiveram associados à dívida, que funcionou durante muito tempo como a única forma de aquisição de mercadorias pelos indígenas da região (Andrello, 2004). Ter um patrão e uma dívida era imprescindível para alcançar o status de civilizado, marcado pela posição ocupada na extensa cadeia de endividamento. Como observa Andrello (2004), a dívida não era simplesmente uma invenção para aumentar a produção de borracha, "mas o meio, por fim identificado, para dar conta dessa questão que permeou o processo de colonização desde seu início" (p.79), um mecanismo de passagem da gentilidade à civilização.

Entre meus interlocutores Yuhupdeh, a condição de civilizado compreende um processo de transformação que abrange tanto melhores condições materiais e capacidade de organização da vida comunitária, como

o acesso à educação, o domínio do português e a participação em políticas de cidadania. Pessoas "sem civilização" seriam aquelas que "não têm documento", que ainda "vivem no mato ou nas cabeceiras", "andam na pescaria" ou "não conseguem ter uma comunidade e trabalhar juntos". É nesse sentido que, atualmente, o status de civilizado encontra ressonâncias na noção de cidadão, condição através da qual os Yuhupdeh têm se mobilizado para exigir direitos e melhores condições estruturais para as comunidades, acessando os bens e as capacidades associadas à civilização dos brancos. Se a dívida exerceu um papel significativo como mecanismo voltado à civilização das populações indígenas do rio Negro, ela não parece ter perdido sua relevância no atual contexto de promoção à cidadania indígena. A inclusão financeira realizada pelas políticas de assistência e previdência social ocasionou novas práticas e formas de endividamento, por meio das quais os yuhupdeh adquirem um conjunto de bens e mercadorias desejadas.

Um regatão[4] indígena, que há muitos anos abastece as comunidades do rio Tiquié, tratado como patrão pelos yuhupdeh, declarou durante uma conversa que os benefícios sociais fizeram os indígenas pararem de trabalhar em suas roças, passando a comprar a maior parte dos alimentos em São Gabriel da Cachoeira. Segundo o regatão, os Yuhupdeh "choravam" dizendo que não tinham nada e reclamando que nenhum branco passava por lá, de modo que ficavam muito agradecidos quando ele levava uma diversidade de mercadorias para as comunidades, como roupas, lanternas, café, arroz, biscoitos, farinha e outros bens industrializados, trocados geralmente por carne de paca, piabinhas, cipó, entre outros produtos.

[4] Regatões são comerciantes ambulantes que atuam por via fluvial negociando mercadorias em troca de uma série de produtos regionais e extrativistas.

Com as viagens para a cidade, o dinheiro passou a ser mais frequente nas transações, embora as trocas ainda sejam comuns, principalmente longe do centro urbano. Como conta Junio Felipe (2018, p. 51), os Yuhupdeh do Cunuri costumavam esperar a vinda do regatão na "boca do igarapé", levando peixe e caça moqueada para trocar por farinha e outros bens industrializados trazidos de São Gabriel ou de Pari-Cachoeira, itinerário do comerciante que sobe e desce o Tiquié. Lolli (2010) também destaca a demanda por produtos industrializados entre os Yuhupdeh do Castanha, que costumam trocar, entre outros produtos, cipó titica *in natura* com o regatão que abastece a região.

Durante meu período nas comunidades Yuhupdeh do Cunuri, em julho de 2023, passamos alguns dias acampados na boca do igarapé, período em que as atividades de caça e pesca se fazem muito intensas devido às

oportunidades de troca com os viajantes que transitam pelo rio Tiquié carregados de mercadorias. Atentos ao barulho das embarcações, as pessoas especulavam se eram “quarentões”, “bongos” ou “rabetas”, preparando-se para abordar os viajantes e realizar as trocas. Na ocasião, os yuhupdeh realizaram algumas trocas envolvendo peixes e carne de caça por gasolina e produtos industrializados, itens mais difíceis de serem obtidos no interior. Ao perceberem que uma embarcação descia o rio, alguns homens começaram a gritar e acenar em sua direção, exibindo uma paca que eles haviam caçado. Ao perceberem que os viajantes retribuíram o aceno, os homens subiram apressadamente em suas rabetas e partiram em direção ao barco. A paca foi trocada por 10 litros de gasolina. Na noite anterior, os yuhupdeh de São Domingos haviam trocado uma paca e um pequeno jacaré por combustível, que foi usado para garantir a viagem de algumas pessoas para a cidade. Em outra situação, eles trocaram alguns peixes moqueados com uma família Tukano que passava, obtendo itens como café, açúcar, bolachas e leite em pó.

Esse deslocamento do interior da floresta e áreas interfluviais para próximo dos principais rios é um movimento identificado entre outros coletivos indígenas em contextos amazônicos, relacionado à demanda por mercadorias e outras formas de relação com os brancos (Gow, 1991; Kelly, 2005). Segundo o relato de alguns interlocutores, antes dos benefícios sociais e empregos, as demandas por mercadorias eram supridas exclusivamente através da produção de cipó para artesanato, peixe moqueado e caça, trocadas por gasolina e outras mercadorias, objetos que agora também são adquiridos com dinheiro na cidade.

O movimento em direção à cidade mostra o engajamento na economia e na vida política local, incorporando-se aos padrões de mobilidade espacial e estabelecendo novos circuitos de pessoas e coisas entre a cidade e as comunidades. Os principais intermediários, regatões e grupos Tukano, perderam espaço para o comércio da cidade, onde os Yuhupdeh se abastecem de mercadorias antes de retornarem às comunidades. Na cidade, há uma confluência de agentes econômicos com os quais os Yuhupdeh interagem, embora de maneiras distintas, seja pelo tipo de objetos que circulam, pelas formas de troca ou pela natureza das relações. Sendo assim, os benefícios sociais e empregos aumentaram não só a capacidade de endividamento, mas as possibilidades de estabelecer relações produtivas com o mundo dos brancos.

As cadeias de dívidas que marcavam a aquisição de mercadorias no

sistema de aviamento se transformaram a partir do contexto criado pela expansão do acesso a empregos e benefícios assistenciais e previdenciários entre os povos indígenas do Alto rio Negro. Nesse sentido, a introdução de produtos e serviços financeiros no cotidiano das populações indígenas é efeito de uma política de inclusão financeira que marcou o social-desenvolvimentismo a partir dos anos 2000, resultando em um processo de financeirização do sistema de proteção social brasileiro (Lavinas, 2015; Lavinas e Gentil, 2018). Como mostra Lavinas (2015), um dos principais efeitos da inclusão financeira foi o endividamento das classes populares, concomitantemente à precarização do sistema de proteção social. Não por acaso, dados do Banco Central apontam que a soma das dívidas de aposentados e pensionistas havia atingido a marca histórica de R$138,7 bilhões em 2019, registrando um aumento de 13,5 bilhões[5] na concessão de empréstimos consignados em relação ao ano anterior. Em 2024, a concessão atingiu a marca de R$29,02 bilhões[6] apenas nos três primeiros meses do ano, movimento provocado pelo recuo da taxa média de juros cobrada pelos bancos no empréstimo pessoal.

O processo de inclusão financeira de populações indígenas, especialmente povos de recente contato como os Yuhupdeh, não poderia gerar efeitos diferentes num contexto marcado historicamente pela dívida como principal forma de adquirir mercadorias e demais objetos. O acesso a crédito e serviços financeiros encontrou-se com as práticas de dívidas locais, desencadeando uma espécie de financeirização do sistema de aviamento. As práticas de endividamento, nesse sentido, se inscrevem nas fronteiras entre o legal e o ilegal, conjugando aspectos sociais e morais das relações de patronagem com os instrumentos jurídicos e legais das políticas públicas de cidadania.

Em 2015, a Polícia Federal, contando com o auxílio do Exército Brasileiro, realizou um mandado de busca e apreensão na Casa Lotérica Cucuí e na Comercial Três Irmãos em São Gabriel da Cachoeira. No comércio foram encontrados 284 cartões do Bolsa Família e outros cartões bancários, além de documentos, fichários com anotações de vendas a crédito, comprovantes de pagamentos e saque de benefícios. Os cartões e documentos eram de indígenas aposentados, pensionistas e beneficiários do Bolsa Família, retidos pelo comerciante como condição para o pagamento das compras em seus oito estabelecimentos comerciais. A prática, longe de ser uma especificidade de São Gabriel, tem acontecido em diversas regiões do país onde a população indígena precisa se deslocar aos centros urbanos

[5] "Endividamento de aposentados com o consignado é o maior da história - Economia - Estado de Minas". Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/03/internas_economia,1119172/endividamento-de-aposentados-com-o-consignado-e-o-maior-da-historia.shtml>. Acesso em 30/09/2024.

[6] INSS: oferta de crédito consignado bate recorde no 1º trimestre. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/05/03/inss-mesmo-com-teto-nos-juros-oferta-de-consignado-bate-recorde-no-1o-trimestre.ghtml>. Acesso em 30/09/2024.

para sacar os benefícios sociais. De acordo com as etnografias do Programa Bolsa Família (PBF) entre povos indígenas, encaminhada pelo antigo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) (Brasil, 2016), em seis dos sete relatos coletados nas diferentes Terras Indígenas onde a pesquisa foi realizada, a figura do patrão é central no acesso e recebimento dos recursos financeiros, pois mantêm o controle dos cartões e documentos dos beneficiários em troca de crédito nos comércios.

Com a nova dinâmica estabelecida nas relações de dívida, o sistema de aviamento passou a se valer dos mecanismos de endividamento e canais financeiros como forma de exploração nas relações de patronagem, inserindo as populações indígenas em novos regimes de dívida. Em São Gabriel da Cachoeira, a prática de retenção de cartões bancários é conhecida por instituições públicas e privadas frequentadas pelos indígenas. Essa práticas é uma das questões que mobilizou a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), em parceria com pesquisadores e coletivos indigenistas, na elaboração de um dossiê com denúncias contra a violação de direitos indígenas, encaminhado ao Ministério Público Federal (MPF) do Amazonas em 2016. As denúncias resultaram em uma audiência pública intitulada "Direitos Indígenas: O que precisa de verdade para fazer funcionar"[7], que contou com a participação de um Procurador do MPF do Estado do Amazonas, além de autoridades federais, estaduais e municipais. A audiência discutiu a situação vivenciada, principalmente, pelos povos Yuhupdeh, Hupd'äh e Dâw na cidade, como as dificuldades de acesso à documentação básica e benefícios sociais, a recorrência de doenças e práticas abusivas das agências bancárias e comerciantes locais.

Os problemas e dificuldades enfrentados por essas populações na sede municipal não se modificaram ao longo dos anos, como pude presenciar durante as pesquisas de campo em 2019 e 2023, especialmente em relação às práticas dos bancos e comerciantes locais. Embora a retenção de cartões seja vista como um problema a ser enfrentado pelo poder público, há certa condescendência no discurso local a respeito da prática, sugerindo que, embora houvesse casos de exploração e endividamento, também havia "bons patrões" que ajudavam os indígenas. Esse discurso, porém, parece estar associado à dimensão persistente do aviamento nas relações sociais e sua estreita relação com as elites políticas e econômicas locais (Meira, 2017).

Se o sistema de aviamento envolvia a exploração da mão de obra indígena rio acima para obter um conjunto de produtos extrativos – como sorva, cipó, breu, balata e piaçava – através do adiantamento de mercadorias

[7] Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2016/03/02/direitos-indigenas-o-que-precisa-de-verdade-para-fazer-funcionar-e-tema-da-audiencia-convocada-pela-foirn-hoje-em-sao-gabriel-da-cachoeira-am/>. Acesso em 01/12/2024.

e produtos industrializados a crédito, atualmente os patrões são comerciantes que atuam diretamente na cidade. As relações de dívida ainda envolvem o adiantamento de mercadorias a crédito, mas novos artefatos entraram em circulação, como o dinheiro, cartões magnéticos, documentos de identidade e procurações legais em nome dos comerciantes.

A rede de relações com os patrões abrange numerosos bairros de São Gabriel da Cachoeira, como Centro, Areal, Graciliano e Dabaru, para indicar alguns dos locais informados por meus interlocutores. Embora os benefícios sociais tenham possibilitado a construção de relações com comerciantes na cidade, muitos já eram conhecidos pelos Yuhupdeh devido a laços familiares com antigos patrões que atuavam na exploração de produtos extrativos rio acima. Como foi possível notar, os comerciantes com os quais os yuhupdeh se relacionavam na cidade, seus patrões e suas patroas, geralmente variavam de acordo com a região. Alguns patrões predominavam entre grupos do igarapé Cunuri, enquanto outros eram mais frequentes entre os grupos do igarapé Castanha.

Um de meus principais interlocutores entre os Yuhupdeh do Cunuri, o velho Laureano, contava que trabalhou com muitos patrões ao longo de sua vida, atuando na extração de produtos como sorva, caucho, balata, cipó e fibra, viajando por diferentes rios entre a Venezuela e a Colômbia. Laureano conta que “trabalhou com muita gente e com muita coisa”, conhecendo muitos negociantes, bons e maus patrões. As histórias de Laureano, relembrando o tempo em que trabalhou na extração de produtos vegetais para diferentes comerciantes, apresentam a estrutura tradicional do sistema de aviamento. Os patrões possuíam armazéns e adiantavam mercadorias em troca dos produtos do extrativismo, havendo pouco ou nenhum dinheiro em circulação. As narrativas costumavam inventariar a diversidade de objetos adquiridos junto aos patrões, ressaltando que, naquele tempo, não tinham acesso a esses produtos.

Atualmente, o patrão de Laureano é um comerciante da cidade, neto de um antigo patrão com o qual trabalhou na extração de sorva e piaçaba. Segundo ele, por conhecer seu patrão ainda criança, era tratado com generosidade. Além de tratá-lo como patrão, acrescentava que o comerciante era seu “procurador” e permanecia com seu cartão bancário, fornecendo rancho quando solicitado, além de ajudá-lo com as questões burocráticas da política previdenciária. O mesmo comerciante era patrão de outras pessoas da mesma região. Alguns patrões são lembrados em razão da extrema violência cometida contra os indígenas da região. O principal é Manoel

Antônio de Albuquerque, o "Manduca", comerciante e Diretor dos Índios do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), conhecido por sua crueldade durante o período em que dominava, junto com sua família, o extrativismo e o comércio de borracha e balata no rio Uaupés e seus principais afluentes, Tiquié e Papuri, no início do século XX (Meira, 2017). A figura de Manduca costumava ser evocada com certa frequência nas conversas a respeito dos patrões, que relatavam diversas crueldades cometidas por ele e seus irmãos, como a escravização e o assinato de pessoas, o rapto de crianças e o estupro de mulheres.

Embora a violência seja um dos principais aspectos da relação com muitos comerciantes, alguns são descritos como "bons patrões", apresentando atitudes consideradas generosas. A generosidade é um elemento fundamental para determinar o "bom" e o "mau" patrão, uma vez que a atitude "sovina" não é bem vista pelos indígenas. O relacionamento com patrões é descrito como uma negociação, indicando o interesse em estabelecer as dívidas para adquirir diferentes objetos e mercadorias. Quando o patrão se recusava a "mostrar o saldo" da dívida ou a devolver o cartão bancário, as pessoas buscavam alternativas para se desvencilhar da relação com o comerciante, recorrendo à FUNAI ou fazendo um Boletim de Ocorrência. Em 2019, acompanhei um indígena Tuyuka à delegacia para registrar um Boletim de Ocorrência contra um comerciante. Morador de uma comunidade Yuhupdeh no igarapé Castanha, o indígena procurou a FUNAI após constatar alguns empréstimos no extrato do INSS, alegando que o comerciante estava com seu cartão havia alguns meses. Acompanhado por um técnico da FUNAI, o senhor tuyuka foi à delegacia registrar o ocorrido após procurar o comerciante em seu estabelecimento e não o encontrar. A ocorrência foi enquadrada como "estelionato", como tem sido comum nos casos de retenção de cartões e documentos de indígenas. Nesse sentido, essas relações não podem ser compreendidas como uma atitude passiva diante dos comerciantes, mas como um acordo que pode ser desfeito quando as obrigações mútuas não são cumpridas, revelando certas expectativas e moralidades em torno das trocas com os patrões.

Almeida (1992) argumenta contra a noção de escravidão ou servidão por dívida no Alto Juruá, ressaltando que patrões e seringueiros mantinham relações de troca baseadas em obrigações morais mútuas. As relações de aviamento não seriam simplesmente resultado de coerção ou de uma "cultura paternalista/clientelista", havendo sempre a possibilidade de fuga por parte dos seringueiros. Sendo assim, Almeida (1992) argumenta que "a preservação

das dívidas serve para garantir a continuidade das obrigações mútuas, e, em particular, estabelecer um fluxo contínuo de mercadorias adiantadas" (p.132). Seguindo a mesma linha, Aramburu (1994) destaca a centralidade do aviamento nas relações sociais no interior da Amazônia, ressaltando a formação de uma moralidade especial entre patrões e fregueses. Tais relações configurariam laços de fidelidade e deveres morais mútuos, possibilitando não apenas a produção mercantil, mas se constituindo como relações de poder com implicações morais. Os patrões estariam sujeitos a cuidar de seus fregueses nas situações de dificuldade em troca da relação comercial monopolista.

Como pude observar, os comerciantes auxiliam, principalmente, nas questões burocráticas dos benefícios sociais e nas operações bancárias, assim como fornecem mercadorias a crédito e realizam favores pontuais a seus fregueses. Muitos patrões são descritos como "amigos que ajudam" durante o período na cidade, sendo comum relatos de dívidas perdoadas. O relacionamento entre patrões e fregueses, portanto, é compreendido como uma forma de mutualidade, uma relação de "ajuda". Os Yuhupdeh têm seus próprios interesses em estabelecer e manter o fluxo de endividamento.

Deixar o cartão bancário com um comerciante tornou-se tanto uma garantia de crédito como uma forma de controlar o ritmo das custosas viagens a São Gabriel da Cachoeira, garantindo a compra de alimentos e combustível para retornar às comunidades. Se por um lado o endividamento acaba retendo parte significativa do recurso dos benefícios, por outro, possibilita que os indígenas tenham mais autonomia para controlar o regime de viagens à cidade diante das burocracias dos benefícios assistenciais e previdenciários, cujos regulamentos determinam uma periodicidade nos saques e um limite de acúmulo de pagamentos. Os patrões abastecem os fregueses indígenas e permanecem com os cartões até as dívidas serem pagas, o que pode levar muito tempo, uma vez que o endividamento tende a aumentar indefinidamente, assim como a demanda por novas mercadorias.

Contudo, se as atuais relações com comerciantes a partir dos cartões bancários é uma continuidade sócio-histórica da economia da dívida, como pensar a presença das agências bancárias e financeiras operando a partir de um regime de dívidas com muitas semelhanças com o sistema de aviamento? Em vez de um simples reflexo das mudanças estruturais do capitalismo global, como sugerido por Aramburu (1994), esse movimento de "financeirização do aviamento" parece se dar a partir de certas convergências entre regimes de dívidas que se reforçam e se transformam reciprocamente. É

nesse sentido que cabe analisar a participação das agências bancárias e financeiras na experiência dos Yuhupdeh na cidade, especialmente as suas coimplicações na economia da dívida regional.

Aviamento eletrônico e transformação da dívida

A experiência dos coletivos Yuhupdeh na cidade é atravessada por pendências burocráticas referentes aos benefícios sociais e empregos, impondo a necessidade de constantes incursões a instituições públicas e privadas. As agências bancárias são destinos incontornáveis, seja por questões burocráticas, como a abertura de contas, a atualização de cartões, a "prova de vida", o saque dos salários e benefícios sociais, assim como as solicitações de empréstimos. Se por um lado o acesso a benefícios sociais e empregos está permeado de dificuldades práticas relacionadas aos procedimentos burocráticos e processos de documentação, por outro, o acesso a empréstimos em agências bancárias e financeiras da cidade não apresenta obstáculos para aposentados, pensionistas e assalariados. Ainda que os empréstimos sejam eventualmente procurados pelos próprios Yuhupdeh nos bancos e correspondentes bancários, muitas vezes são realizados em seus nomes pelos comerciantes locais que retêm os cartões bancários e documentos como condição para o fornecimento de mercadorias a crédito e garantia de pagamento das dívidas.

A presença de agências bancárias e financeiras, embora de forma latente ou lateral, aparece nos trabalhos recentes com coletivos Yuhupdeh e Hupd'äh que retratam as viagens a São Gabriel da Cachoeira e a experiência com os benefícios sociais e empregos (Ramos, 2013; Marques, 2015; Moreira Serra, 2017; Junio Felipe, 2018). Todos os trabalhos apontam associações com a economia da dívida que marcou a região por meio do sistema de aviamento, sugerindo se tratar de uma nova versão do sistema ou de sua atualização a partir dos recursos financeiros dos benefícios sociais e empregos. Meira (2017) sugere o termo "aviamento eletrônico" para caracterizar esse fenômeno, constituindo-se como outra "reciclagem" do sistema de aviamento que marcou a região, permeado por violência e exploração de indígenas durante diferentes momentos do processo colonial. Já Nascimento (2017) descreve a prática como "aviamento urbano", visto que as relações de dívida são baseadas nos recursos dos benefícios sociais, canalizados pelos patrões em troca do adiantamento de mercadorias na cidade. O interesse dos autores é destacar, sobretudo, a "lógica do aviamento" – seu /modus operandi/ baseado historicamente em "relações de

poder, violência e sujeição entre fregueses e patrões" (Meira, 2017, p.103).

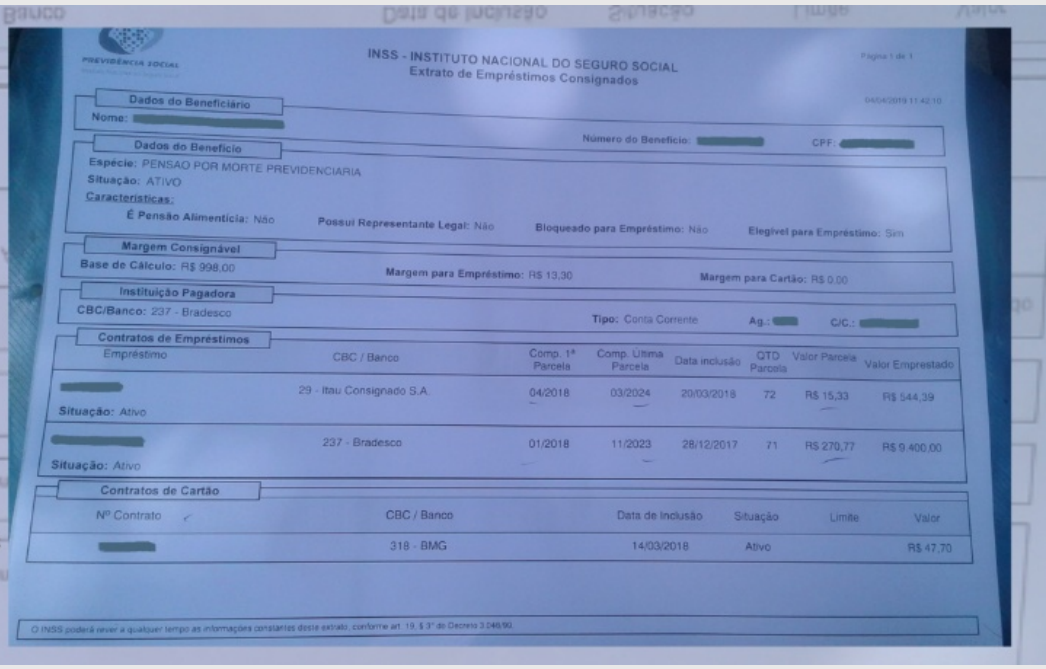
O sistema de aviamento, portanto, parece ter passado por um movimento de reterritorialização das relações entre patrões e fregueses para a paisagem urbana, acrescido das tecnologias eletrônicas e digitais associadas às políticas sociais e empregos, em especial os cartões bancários. Com efeito, os bancos ocupam uma posição de destaque na vida contemporânea dos indígenas da região. Não à toa são a "roça do branco" (Andrello, 2004; Junio Felipe, 2018), sugerindo sua importância no modo de vida não-indígena, baseado principalmente em relações mediadas por dinheiro. É nesse contexto que as interações entre o sistema financeiro e as formas locais da economia da dívida ganham relevo, introduzindo um conjunto de diferentes atores e artefatos no circuito de dívidas que interconecta indígenas, patrões, Estado, bancos e financeiras em São Gabriel da Cachoeira, indicando o movimento de financeirização do sistema de aviamento.

A presença do sistema financeiro não se reduz à intermediação das políticas de assistência e previdência social. O fenômeno da financeirização se expressa como "efeito de processos múltiplos e heterogêneos" com uma diversidade de níveis e atores envolvidos, como agências internacionais, estados nacionais, instituições financeiras e coletivos sociais (Müller e Villarreal, 2017, p.6). De maneira bastante ampla, Epstein (2005) define a financeirização como o crescente papel dos motivos, mercados, instituições e atores financeiros na operação das economias doméstica e internacional. Financeirização também pode ser definida como "um padrão de acumulação no qual a produção do lucro se dá crescentemente através de canais financeiros ao invés de ser pela via do comércio e da produção de commodities" (Krippner apud Lavinas, 2015, p.18). O controle sobre recursos e fluxos de capitais na economia confere significativo poder aos bancos e instituições financeiras para interferir nas decisões governamentais e formulação de políticas públicas (Minella, 2009), o que se mostra evidente no caso dos benefícios sociais, cujos pagamentos são intermediados pelo sistema bancário.

É nesse sentido que a crescente demanda por empréstimos consignados, "cheque especial" e até mesmo o uso de cartão de crédito pelos coletivos Yuhupdeh e Hupd'äh indicam a captura de populações indígenas pelos mecanismos de endividamento do sistema financeiro. Marques (2015, p. 244) apresenta um exemplo ilustrativo da complexa relação com o sistema financeiro a partir da tentativa frustrada de um agente de saúde Hupd'äh de pagar uma dívida do cartão de crédito no Banco do Brasil,

que havia sido repassada a uma “securitizadora de créditos financeiros” e passou a ser administrada por uma empresa especializada em recuperação de créditos, com sedes em São Paulo e Brasília. Após ter dificuldades no acesso a crédito para comprar uma rabeta, o indígena descobriu que havia uma dívida de R$114 em seu nome desde 2009, o que causou uma série de complicações de difícil resolução, ligando aquele Hupd’äh do Japu a uma complexa rede de agentes financeiros por meio da dívida.

Como minha experiência em campo não pôde abranger toda a cidade, não é possível definir precisamente quantas agências de crédito existem em São Gabriel da Cachoeira. No entanto, os Yuhupdeh com quem convivi durante o trabalho de campo procuraram ao menos três agências de crédito onde requisitaram empréstimos, correspondendo a instituições financeiras como BMG, Panamericano e Itaú, além das agências físicas do Bradesco e do Banco do Brasil. Empréstimos consignados de valores elevados são muito comuns entre aposentados, pensionistas e professores. Em 2019, um Yuhupdeh beneficiário da previdência social mostrou um extrato de empréstimos consignados onde havia dois contratos ativos, totalizando o valor de R$9.944,39 emprestados. Um dos empréstimos era de R$9.400,00, realizados em setenta e uma parcelas de R$270,77, chegando ao valor de R$19.224,67. O valor do benefício em 2019 era R$998,00, um salário mínimo. Esse empréstimo era atribuído ao patrão, que havia passado um grande período com seu cartão bancário (Figura 1).



INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Extrato de Empréstimos Consignados

Dados do Beneficiário
Nome: [redacted]
Número do Benefício: [redacted] CPF: [redacted]

Dados do Benefício
Espécie: PENSAO POR MORTE PREVIDENCIARIA
Situação: ATIVO
Características:
É Pensão Alimentícia: Não Possui Representante Legal: Não Bloqueado para Empréstimo: Não Elegível para Empréstimo: Sim

Margem Consignável
Base de Cálculo: R$ 998,00 Margem para Empréstimo: R$ 13,30 Margem para Cartão: R$ 0,00

Instituição Pagadora
CBC/Banco: 237 - Bradesco Tipo: Conta Corrente Ag.: [redacted] C/C.: [redacted]

Contratos de Empréstimos

Empréstimo	CBC / Banco	Comp. 1ª Parcela	Comp. Ultima Parcela	Data inclusão	QTD Parcela	Valor Parcela	Valor Emprestado
[redacted] Situação: Ativo	29 - Itau Consignado S.A.	04/2018	03/2024	20/03/2018	72	R$ 15,33	R$ 544,39
[redacted] Situação: Ativo	237 - Bradesco	01/2018	11/2023	28/12/2017	71	R$ 270,77	R$ 9.400,00

Contratos de Cartão

Nº Contrato	CBC / Banco	Data de Inclusão	Situação	Limite	Valor
[redacted]	318 - BMG	14/03/2018	Ativo		R$ 47,70

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.

Figura 1: Extrato de empréstimos consignados do INSS.
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Já em fevereiro de 2023, um professor Yuhupdeh me mostrou seu contracheque, onde havia dois empréstimos consignados contratados com o

Banco Bradesco (Figura 2). Com os vencimentos totais de R$2.403,51, o valor de R$800,56 era descontado para o pagamento dos empréstimos consignados. Contando que fizera um empréstimo de R$20.000,00, com o qual comprou canoa, rabeta e até mesmo um teclado musical, o professor estava pagando a vigésima primeira de quarenta e oito parcelas de R$752,30, totalizando R$36.110, 40. Apesar de conseguirem acesso a empréstimos consignados na condição de professores municipais, não há professores efetivos entre os Yuhupdeh, que passam por processos seletivos simplificados com vigência contratual de um ano, com possibilidade de renovação por mais um ano. Sendo assim, é muito comum que as pessoas se desloquem à cidade no período de férias escolares para participar do processo seletivo sem que estejam recebendo salários, o que contribui para o aumento do endividamento dos indígenas, uma vez que os valores continuam a ser descontados em suas contas bancárias.

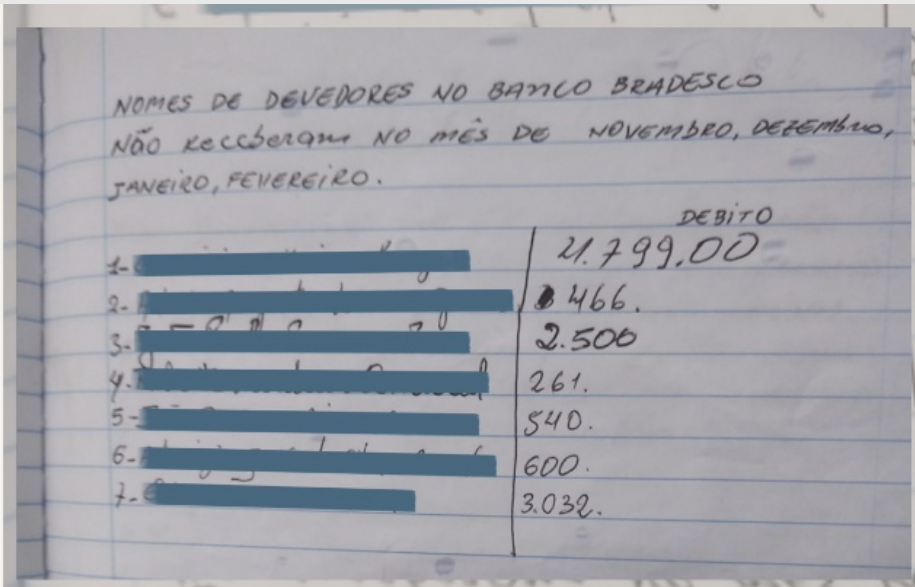


Figura 2: Bilhete de professores yuhupdeh com o nome de pessoas endividadas no banco Bradesco.
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Diante dessas situações, o saque do “limite”, modo pelo qual o “cheque especial” é chamado pelos Yuhupdeh, parece significativo para entender alguns equívocos no acesso a serviços financeiros, assim como o modo de atuação do sistema bancário com os beneficiários indígenas. O cheque especial é frequentemente disponibilizado sem consentimento, e quase sempre utilizado como complemento de renda pelos indígenas, tanto por sua fácil disponibilidade como pelas dificuldades financeiras na cidade. Em 2019, ao perguntar para um professor quanto era o valor atual de seu salário, ele foi enfático ao responder: “com o limite, R$1.400,00”. Em vez de ser entendido como uma modalidade de empréstimo, o dinheiro do “limite” é incorporado como parte dos salários e pagamentos, aumentando

significativamente o endividamento dos professores, aposentados e pensionistas.

O crédito do cheque-especial oferecido pelos bancos parece funcionar de forma análoga à descrita por Taussig (1993) sobre a confusão entre "pagamentos" e "adiantamentos" no sistema de dívidas no Putumayo, durante a exploração da borracha. Taussig argumenta que, ao confundir os fluxos de "pagamento" e "adiantamento" a ponto de não haver mais distinção, o sistema de endividamento produziu o "fetichismo da dívida", criado antes em torno da ficção dos comerciantes do que das mercadorias. A dívida era o ponto no qual a economia de dádivas indígena emaranhava-se na economia capitalista do colonizador (Taussig, 1993). Quando nos deparamos com o endividamento sistemático promovido pelas agências bancárias e financeiras em São Gabriel da Cachoeira, torna-se difícil não conceber os paralelos entre a economia da dívida do sistema de aviamento e a economia da dívida regida pela gestão política e social do capitalismo financeiro. Se a dívida constituiu um "mecanismo de passagem da gentilidade à civilização" (Andrello, 2004, p.79) durante o período colonial, atualmente assume conotações de inclusão e promoção da cidadania indígena, ancoradas às políticas públicas de assistência e previdência social.

Evan Killick (2011) apresenta uma análise comparativa entre a "servidão por dívida" (sistema de aviamento) e o sistema de hipotecas nos Estados Unidos, traçando paralelos para entender as "dívidas que nos unem". O autor busca compreender o sistema de aviamento contemporâneo a partir da perspectiva dos Ashaninka e seus "patrões mestiços" na Amazônia peruana, estabelecendo comparações com o mercado de hipotecas nos Estados Unidos a partir dos tomadores de empréstimos "subprime". Propondo o entendimento local das relações de dívida, Killick (2011) analisa as similaridades e diferenças entre os contextos de endividamento, buscando entender os motivos subjacentes que sustentam a vontade de estabelecer essas relações, que podem assumir aspectos negativos ou positivos em diferentes situações e sob diferentes perspectivas. Enquanto as relações de dívida entre os Ashaninka demonstram o desejo por relações produtivas com estrangeiros, fator comum a muitos contextos ameríndios (Gow, 1991; Kelly, 2005), as relações de dívida entre os tomadores de empréstimos hipotecários estão ligadas a noções de cidadania, propriedade e respeitabilidade.

No Alto Rio Negro, esses aspectos se conjugam nas relações de dívida em que os Yuhupdeh se engajam, tanto com os patrões quanto com os bancos e financeiras. Afinal, o discurso em torno da promoção da cidadania

indígena através das políticas públicas de distribuição de renda e previdência social não deixa de ter ressonâncias com as práticas de "civilização" dos indígenas, em especial a importância assumida pelas relações de dívida ao longo desse processo. Em vez de comparar diferentes contextos de endividamento, a transformação da dívida no Alto Rio Negro parece apontar para as "afinidades eletivas" entre o sistema de aviamento e o capitalismo financeiro a partir das "relações de atração e influência recíprocas, escolha mútua, convergência ativa e reforço mútuo" (Löwy, 2011, p.139).

Com efeito, o modelo de consumo promovido pelo social-desenvolvimentismo e a lógica da financeirização no sistema de proteção social não resultaram no enfraquecimento das relações de dívida locais, mas multiplicaram as possibilidades de endividamento e circulação de pessoas pelo território. O que leva a supor que exista uma atualização do sistema de aviamento é a continuidade das relações de dívida entre patrões e fregueses no contexto de transformações históricas e sociomateriais na região. O aperfeiçoamento das tecnologias de informação e comunicação que acompanhou a paulatina financeirização da economia global colocou novos artefatos para circular em escala regional, sendo incorporados às práticas locais de crédito e dívida.

Se no passado o capital financeiro atuava à distância por meio do financiamento econômico dos grandes patrões que comandavam as casas exportadoras de Belém e Manaus, agenciando o abastecimento de mercadorias na região e distribuindo os produtos no mercado global, agora tem sua presença materializada nos cartões bancários, serviços e produtos financeiros, que se tornam as superfícies de contato entre o sistema financeiro e as populações indígenas que participam das políticas de transferência de renda e previdência social. É nesse sentido que o sistema financeiro, que atua através das contas-correntes, cartões de crédito e débito, empréstimos consignados e cheque-especial, cada vez mais comuns entre a população indígena, encontra-se em relação recíproca com o sistema de aviamento.

Levando em conta a experiência atual dos coletivos indígenas do alto rio Negro, a dívida parece continuar funcionando como um ponto de interseção com a "economia capitalista do colonizador" (Taussig, 1993), assim como os abusos e assédios dos bancos e financeiras para a contratação de empréstimos e serviços financeiros se articulam com as relações de patronagem locais. Os cartões quase sempre acabam nas mãos de comerciantes (com a senha escrita numa etiqueta colada ao cartão), que solicitam os empréstimos diretamente nos caixas eletrônicos ou mesmo a

partir de procurações legais. Do mesmo modo, os empréstimos contratados pelos indígenas são convertidos em mercadorias nos comércios locais. Se por um lado os bancos e financeiras parecem beneficiar as relações de patronagem, oferecendo um ambiente promissor para a exploração econômica dos patrões, por outro, as relações de patronagem parecem impulsionar o mercado de serviços financeiros na cidade.

A financeirização do sistema de aviamento propiciou um novo repertório de práticas de endividamento, ampliado pelo agenciamento de dispositivos e canais financeiros, não se caracterizando apenas como uma nova reciclagem das antigas relações entre patrões e fregueses, marcado pela exploração da mão de obra indígena no trabalho de extração de produtos amazônicos. Os programas de transferência de renda, os benefícios previdenciários e os salários dos professores não apenas colocam em circulação novos artefatos técnicos na economia da dívida regional, mas estabelecem convergências entre regimes de dívidas que se reforçam e se transformam reciprocamente. Os processos de endividamento em bancos e financeiras locais demonstram certos aspectos e dimensões da experiência cotidiana em paisagens econômicas cada vez mais financeirizadas. Afinal, os dispositivos financeiros se instalaram amplamente nas relações com o mundo não indígena, seja nas questões da escola, associações indígenas, projetos comunitários ou nas políticas de cidadania que promovem o consumo das famílias indígenas do interior diretamente na cidade.

Considerações finais

Partindo da experiência etnográfica com os coletivos Yuhupdeh do Alto Rio Negro, o o trabalho se propôs a descrever o processo de “financeirização do aviamento”. O recente acesso a programas e benefícios sociais intensificou a presença na cidade, assim como transformou as relações baseadas na dívida. O sistema de aviamento passou a se valer dos mecanismos de endividamento e canais financeiros nas relações historicamente constituídas entre patrões e fregueses, estabelecendo certas convergências e combinações entre os regimes de dívida. De um lado, o sistema de aviamento, que atravessou diferentes ciclos de exploração de produtos do extrativismo na região; do outro, o endividamento sistemático de populações indígenas nos bancos e instituições financeiras, motivado pela financeirização da política social brasileira e determinado por uma cidadania marcada pela inclusão financeira.

O processo de financeirização do aviamento no Alto Rio Negro indica,

portanto, como a paisagem econômica transformou-se com o advento dos programas e benefícios sociais, dinâmica semelhante a outros contextos etnográficos onde a figura dos patrões exerce influência na intermediação dos recursos financeiros das políticas destinadas a populações indígenas (Brasil, 2016). A garantia dos recursos financeiros mensais e empréstimos bancários assegura o crédito nos comércios, e a capacidade de endividamento possibilita o acesso a mercadorias de maior valor. À medida que o endividamento aumenta nos comércios, a busca por empréstimos se intensifica, aprofundando o endividamento dos indígenas nos bancos a juros tão impagáveis quanto os praticados pelos patrões, mas garantidos mensalmente pelos recursos dos benefícios sociais e salários.

O crédito e a dívida, principais elementos do sistema de aviamento, continuam a estabelecer as relações entre patrões e fregueses, não definidas exclusivamente por um vínculo econômico, mas por certas implicações morais que garantem a fidelidade dos fregueses aos patrões, comprando em seus comércios e deixando os cartões bancários. Se os grandes patrões, as casas aviadoras e os importadores estrangeiros financiavam a dívida na região no sistema de aviamento tradicional, as agências bancárias e financeiras passaram a estabelecer relações diretamente com as populações indígenas por meio dos mecanismos de endividamento, conjugando-se às relações de patronagem locais. Embora os patrões continuem a ser figuras proeminentes no sistema de aviamento, marcado pela violência e exploração contra as populações indígenas, há de se considerar a violência silenciosa do sistema bancário e financeiro que se instalou a partir das políticas sociais, cada vez mais reduzidas à transferência de renda e ao acesso a serviços financeiros, enquanto o sistema de proteção social segue sendo precarizado.

Esse conjunto de transformações na paisagem econômica não apenas é percebido pelos coletivos indígenas regionais, mas também elaborado de maneira crítica, especialmente no que se refere à centralidade do dinheiro entre os brancos. Enquanto a comunidade é marcada pelas relações de troca e compartilhamento entre parentes, a cidade figura como um lugar onde o dinheiro é fundamental para circular e estabelecer relações sociais, pois “tudo tem um custo”, como costumam dizer. O que está em questão nas relações de dívida não é o dinheiro que circula entre credores e devedores, mas a capacidade de estender a rede de relações sociais e morais. Não à toa, dívida e civilização encontram-se mutuamente implicadas na sociabilidade regional, reverberando no atual discurso em torno da cidadania indígena, não necessariamente por efetivar as aspirações civilizatórias da colonização, mas

por transformar as formas pelas quais pessoas e coisas circulam no território. Se “o banco é a roça do branco”, como dizem os indígenas do Alto Rio Negro, há evidentemente um grave problema de redistribuição dos recursos entre os brancos, o que parece não passar despercebido pelos Yuhupdeh.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro W. B. **Rubber tappers of the upper Juruá River: the making of a forest peasantry**. 2018. Thesis (PhD on Social Anthropology) - University of Cambridge, Cambridge, 1992.

ANDRELLO, Geraldo Luciano. **Iauaretê: transformações sociais e cotidiano no rio Uaupés (alto rio Negro, Amazonas)**. 2004. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

_____. Escravos, descidos e civilizados: índios e brancos na história do rio Negro. **Revista de Estudos Amazônicos**, v. 5, n. 1, p. 107-144, 2010.

ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 25, p.82-99, 1994.

BARBARÁ, Michel P. **O tempo dos benefícios sociais: a experiência urbana dos Yuhupdeh em São Gabriel da Cachoeira (AM)**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Estudos etnográficos sobre o programa Bolsa Família entre os povos indígenas**. Brasília: MDS, 2016.

BONILLA, Oiara. O bom patrão e o inimigo voraz: predação e comércio na cosmologia Paumari. **Mana. Estudos de Antropologia Social**, v. 11, n.1, p.41-66, 2005.

DAL POZ NETO, João. **Dádivas e dívidas na Amazônia: Parentesco, economia e ritual nos Cinta-Larga**. 2004. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

EPSTEIN, Gerald. **Financialization and the World Economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO. **PGTA Wasu: Plano de Gestão Indígena do alto e médio Rio Negro** (1. ed.). FOIRN, 2021.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO. **Povos Indígenas do Rio Negro – Uma Introdução à Diversidade Socioambiental do Noroeste da Amazônia Brasileira**. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN/ISA. 2006. Disponível em: <https://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/mapa-livro_rn_2006> . Acesso em: 18 de dezembro de 2024.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

GORDON, César. **Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os Xikrin-Mebêngôkre**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora UNESP, ISA e NUTI, 2006.

GOW, Peter. **Of mixed blood: kinship and history in Peruvian Amazonia**. Oxford: Clarendon Press, 1991.

HORTA, Amanda. Indígenas em Canarana: notas citadinas sobre a criatividade parque-xinguana. **Revista de Antropologia**, v. 60, n. 1. p. 216-241, 2017.

HUGH-JONES, Stephen. The Gun and the Bow - Myths of White Men and Indians. **L'Homme**, v. 28, n. 106–107, p. 138–155, 1988.

_____.Yesterday's luxuries, tomorrow's necessities: business and barter in northwest Amazonia. In: HUGH-JONES, S.; HUMPHREY, C. (Eds.). **Barter, exchange, and value: an anthropological approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, pp. 42-74.

JUNIO FELIPE, Henrique. **Falas, lugares e transformação: Os Yuhupdeh do baixo rio Tiquié**. 2018. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

KELLY, José. Notas para uma teoria do "virar branco". **Mana**, v.7, n. 2, p. 95-132, 2005.

KILLICK, Evan. The Debts that Bind Us: A Comparison of Amazonian Debt-Peonage and U.S.

Mortgage Practice. **Comparative Studies in Society and History**, v. 53, n. 2, p. 344-370, 2011.

LAVINAS, Lena. A Financeirização da Política Social: O caso brasileiro. In: **Politika**. Brasília: Fundação Mangabeira Unger and Humbold-Viadrina Governance Platform, n. 2, p. 34-51, 2015.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. BRASIL ANOS 2000: A política social sob regência da financeirização. **Novos estudos. CEBRAP**, v. 37, n. 2, p. 191-211, 2018.

LOLLI, Pedro A. **As redes de trocas rituais dos Yuhupdeh no igarapé Castanha, através dos benzimentos (mihdiid) e das flautas jurupari (Ti')**. 2010. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LÖWY, Michael. Sobre o conceito de afinidade eletiva em Max Weber. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, v. 17, n. 2, p. 129-142, 2011.

MARQUES, Bruno R. **Os Hupd'äh e seus mundos possíveis: transformações espaço-temporais do Alto Rio Negro**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MEIRA, Márcio Augusto Freitas. **A persistência do aviamento: Colonialismo e história indígena no noroeste amazônico**. 2017. Tese (Doutorado) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MINELLA, Ary C. Bancos e banqueiros no Brasil: uma análise sociopolítica. In: MONDADORE, A. P. C. et. al. (Org.). **Sociologia Econômica e das Finanças: um projeto em construção**. São Carlos: EdUFSCar, 2009, pp. 275-297 .

MOREIRA SERRA, Rafael. **Signos de pobreza: uma etnografia dos Hupdäh e dos benefícios sociais no alto rio Negro**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MÜLLER, Lúcia; VILLARREAL, Magdalena. Apresentação: Finanças e sociedade. **Civitas**, v. 17, n. 1, p. 5-10, 2017.

NASCIMENTO, Luis Augusto S. **Patrões, fregueses e donos: economia e xamanismo no médio rio Negro**. 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

NOVO, Marina P. **Esse é meu patikula: Uma etnografia do dinheiro e outras coisas entre os Kalapalo de Aiha**. 2018. Tese(Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

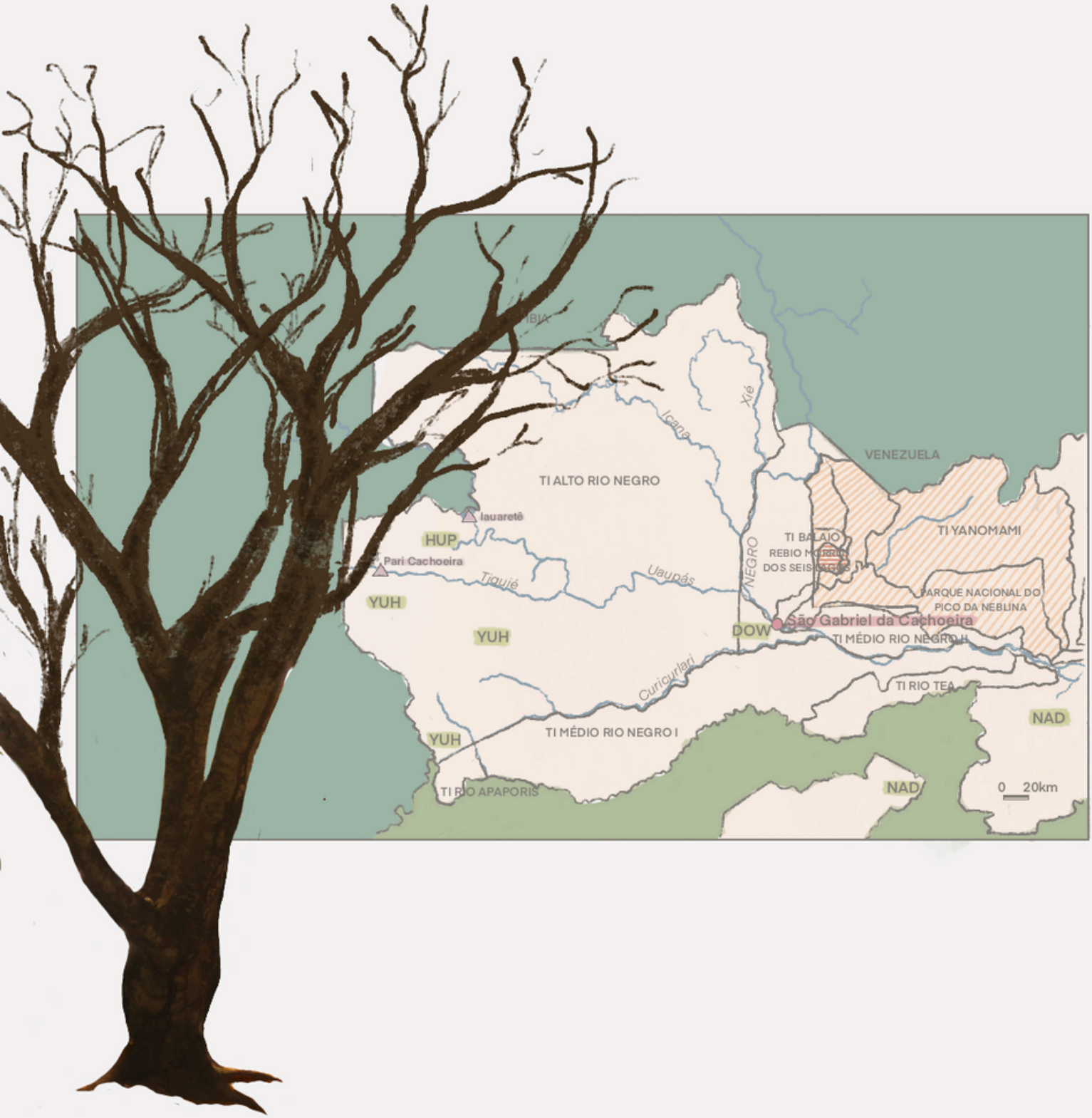
PAULINO, Carlos M. O. **Futuro melhor: valores, território e dinheiro entre os Guarani da TI Tenonde Porã**. 2024. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.

RAMOS, Danilo P. **Círculos de coca e fumaça Encontros noturnos e caminhos vividos pelos Hupd'äh (Maku)**. 2013. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem**. Um estudo sobre o terror e a cura. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.


BIA
Icana
Xié
VENEZUELA
TI ALTO RIO NEGRO
Iauaretê
HUP
Pari Cachoeira
Tiquié
Uaupés
NEGRO
TI BALAIO
REBIO MORRO DOS SEIS LAGOS
TI YANOMAMI
PARQUE NACIONAL DO PICO DA NEBLINA
YUH
YUH
DOW
São Gabriel da Cachoeira
TI MÉDIO RIO NEGRO II
Curicuriari
TI RIO TEA
NAD
YUH
TI MÉDIO RIO NEGRO I
TI RIO APAPORIS
NAD
0 20km

RECIBO DE PAGAMENTO DE SALA
TRABALHADOR
Mensalista
Dezembro de
Admissão:
DESCONTOS
E0003
ACEITAMOS
TODOS OS
CARTÕES

revista paisagens econômicas

Revista Paisagens Econômicas © 2024 is licensed under CC BY-NC 4.0